

Um estudo acerca das entidades sem fins lucrativos situadas em Ituiutaba – MG

Carlos Eduardo de Oliveira

Alice Fernandes Cunha

Leandro Carlos de Souza

Marilídia Domingues de Moura

Renata Mariellen Pimenta Dutra

RESUMO

As demandas da população brasileira, principalmente na área social, não são completamente atendidas pelo Estado e pelas empresas privadas, permitindo, para suprir esta lacuna, a existência das entidades sem fins lucrativos. O presente estudo tem como objetivo identificar as características das entidades sem fins lucrativos que possuem isenção da Contribuição Previdenciária e estão localizadas no município de Ituiutaba (MG). Foi utilizado o questionário como fonte de coleta de dados procurando identificar aspectos relacionados com as características gerais das entidades, dos gestores, da contabilidade e o relacionamento do contador com o gestor. Como principais resultados apurou-se que a maioria das entidades atuam na área da assistência social e combinam esta área de atuação com outra; 62% desconhecem a classificação da entidade de acordo com sua natureza jurídica; a atividade contábil é terceirizada em quase sua totalidade; os gestores utilizam os principais relatórios produzidos pela contabilidade no processo de tomada de decisão, mas não sabem indicar outros relatórios e informações que poderiam contribuir para melhor fundamentar uma decisão. Contudo, conclui-se que o relacionamento do contador com os gestores é incipiente. Os contadores deverão buscar maior interação com as entidades e seus gestores, identificando as necessidades de informação, para que possam propor relatórios que sejam úteis na tomada de decisão. As especificidades deste setor exigem do contador conhecimento especializado para que possa atender com mais eficiência as necessidades dessas entidades.

1 INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor (TS) no Brasil se encontra atualmente em momento de evolução significativa, com a função de suprir ou complementar as necessidades sociais não atendidas pelo Primeiro Setor (União, Estados e Municípios) e pelo Segundo Setor (empresas privadas). A participação do Terceiro Setor torna-se relevante e são vários os desafios a serem enfrentados, sejam de ordem política, econômica, ideológica e social no atual cenário.

De acordo com Cruz (2010), em meados da década de 1980, especificamente nos Estados Unidos, a pesquisa em contabilidade no âmbito das organizações do Terceiro Setor começou a examinar a utilidade da informação contábil para os doadores em suas decisões quanto à alocação de recursos para essas entidades. Entre as organizações que fazem parte do Terceiro Setor estão as Organizações não Governamentais (ONGs), as entidades filantrópicas, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), organizações sem fins lucrativos e outras formas de associações civis sem fins lucrativos, tais como entidades sindicais, creches, hospitais e outros serviços de assistência social.

O gestor de uma entidade do Terceiro Setor normalmente atua de forma semelhante, considerando certas particularidades, se comparado com as demais entidades, principalmente no que diz respeito ao uso adequado dos recursos financeiros e sua prestação de contas à sociedade. O questionamento do mau uso das verbas direcionadas ao Terceiro Setor exige destas maior nível de profissionalização, carecendo de gestores qualificados e capacitados.

Para Olak e Nascimento (2010), nas Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL), os provedores querem saber se os recursos colocados à disposição dos gestores foram aplicados nos projetos institucionais, ou seja, se a entidade foi eficaz, fazendo com que as instituições busquem a transparência. Um grande desafio para os gestores das Organizações de Terceiro Setor é desenvolver um modelo estrutural adequado às suas peculiaridades, que permita direcionar esforços para o desempenho efetivo de suas obrigações enquanto entidades socialmente responsáveis. Nesse sentido, a capacidade gerencial está ligada à busca pelo melhor fluxo de informações por meio da adoção de instrumentos capazes de proporcionar a eficiência e eficácia administrativa.

As Organizações do Terceiro Setor (OTS) possuem alguns benefícios tributários tais como imunidades e isenções, cabendo ao profissional contábil a orientação dos meios viáveis para que esse tipo de organização tenha direito às vantagens que lhes são disponíveis, assim como às possíveis atualizações e mudanças das regras legais sobre este setor em relação à forma de contabilização.

Considerando a importância da contabilidade das organizações dos setores até então abordados, o presente estudo busca responder ao seguinte questionamento: quais são as características das entidades sem fins lucrativos do município de Ituiutaba (MG) que possuem isenção da Contribuição Previdenciária?

Esta pesquisa tem como objetivo identificar as características das entidades sem fins lucrativos do município de Ituiutaba/MG que possuem isenção da Contribuição Previdenciária. Especificamente, foram observados aspectos relacionados com as características gerais das entidades, dos gestores, da contabilidade e do relacionamento do gestor com o contador.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a finalidade de proporcionar uma visão geral sobre o assunto e assim torná-lo mais explícito, inicialmente foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica, utilizando como fontes principais artigos científicos, livros, sites especializados, dissertações e teses. Tal pesquisa proporcionou o levantamento das informações específicas conceituais sobre as Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor), a Contabilidade das Organizações do Terceiro Setor e os possíveis benefícios tributários, a fim de fundamentar a pesquisa.

Para o estudo, foram utilizadas as abordagens de cunho qualitativo e quantitativo, em virtude de apresentarem características das entidades pesquisadas e por demonstrarem o levantamento de quantidade de itens evidenciados que foram quantificados tanto na coleta de dados quanto no tratamento dos resultados, para alcançar os objetivos (RICHARDSON, 1999).

Foi feita a pesquisa de campo, que de acordo com Silva (2006) consiste na coleta direta de informações no local em que acontecem os fenômenos. O questionário, instrumento de coleta de dados, que segundo Silva (2006) consiste em um conjunto ordenado de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja descrever ou medir, foi utilizado na entrevista semi-estruturada efetuada junto aos gestores das entidades objeto de estudo. De acordo com Richardson (1999), existem três categorias de questionários: questionários com perguntas fechadas; questionários com perguntas abertas; e os que combinam ambos os tipos de perguntas. Neste trabalho foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas.

Este estudo se limitou às entidades com isenção da contribuição previdenciária no município de Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais, identificadas no site da Previdência Social. Obteve-se o total de 13 (treze) entidades cadastradas e a pesquisa abrangeu todas as instituições. Os dados obtidos foram tabulados e apresentados em forma de figuras, e, em seguida, procedeu-se à análise desses dados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Terceiro Setor no Brasil

O Estado, que corresponde ao Primeiro Setor, e as empresas privadas, que estão vinculadas ao Segundo Setor, não atendem completamente as demandas da população brasileira, principalmente na área social, permitindo que o Terceiro Setor se destaque atualmente. Esse cenário passou a ser mais evidente para a sociedade, principalmente a partir da Constituição de 1988, que privilegia a discussão sobre a cidadania. Destacou-se neste contexto o Terceiro Setor, formado pelas ONGs e outras organizações congêneres. Este setor ocupa espaços não preenchidos pelo Primeiro Setor e pela atuação do Segundo Setor, que enfatiza a comercialização de bens e serviços, a fim de atender a expectativas de um mercado comercial.

Vilanova (2004) define o Terceiro Setor como o conjunto de organizações privadas que desenvolvem ações que visam a prestação de serviços considerados de interesse público, cujos resultados alcançados se revertem à própria sociedade.

O Terceiro Setor, para Soares (2008), é composto de organizações diversificadas que se caracterizam pelo valor não econômico, fundadas pela iniciativa privada (sociedade civil) com interesses públicos e sociais, com contornos participativos, cooperativos e solidários. Este setor é constituído, portanto, por uma série de organizações do setor privado que exercem atividades voltadas à sociedade.

Tais organizações não têm finalidade de obter lucro e alcançam alto grau de participação cidadã. Os principais focos de atuação das organizações de Terceiro Setor são: educação, saúde, cultura, comunidade, apoio à criança e ao adolescente, voluntariado, meio ambiente, apoio aos portadores de deficiência, parcerias com o governo, entre outras categorias de atuação. Salomon (2002) propôs uma visualização dos desafios do Terceiro Setor como representado no Quadro 1.

Eficácia	Nestes últimos anos foi feito um considerável esforço para promover a capacitação dos profissionais da área, resultando em avanços na eficácia das organizações. Atualmente, as entidades possuem equipes cada vez mais profissionalizadas, o que se reflete no número de pessoas remuneradas, que já é maior que o número de voluntários.
Legitimidade	As estruturas legais se modernizam em diversos países, como no Japão, Itália, México, porém ainda há mudanças a serem feitas para que o Terceiro Setor usufrua de um ambiente legal propício a sua atuação.
Sustentabilidade	Os ganhos aqui se deram principalmente por dois fatores: aumentaram os esforços na promoção da filantropia e governos de diversos países passaram a desenvolver parcerias com as organizações sem fins lucrativos, o que proporcionou recursos para suas ações.
Parceria	Um dos principais avanços neste campo foi o aumento das parcerias entre as empresas e o Terceiro Setor.
Justiça	Um dos maiores desafios que o Terceiro Setor tem pela frente. Em busca pela sustentabilidade, seja ela institucional ou financeira, as organizações devem seguir fielmente a missão social.

Quadro 1 – Desafios do Terceiro Setor.

Fonte: Salomon (2002).

Diferentemente do Segundo Setor, no terceiro o superávit não é meta e o que for obtido com a apuração do resultado é incorporado ao patrimônio e usado em suas atividades; no Segundo Setor normalmente ele é dividido entre sócios e acionistas, com apenas parte dele reinvestido na empresa. O campo da gestão, para Teodósio e Resende (1999), é considerado um dos espaços centrais para o avanço das Organizações do Terceiro Setor (OTS).

Uma dificuldade comumente encontrada pelas OTS no processo de gestão é a de estabelecer uma forma de gerir e mensurar adequadamente seus resultados, não se desviando de seu foco principal, que é promover o bem-estar social e ao mesmo tempo oferecer condições de transparência perante a sociedade.

Para Assis (2005), as OTS necessitam de um desdobramento no desenvolvimento de instrumentos e mecanismos gerenciais capazes de mensurar e monitorar processos, resultados e impactos nos projetos executados, a fim de que seus objetivos sociais sejam alcançados.

Com isso, a contabilidade e seus instrumentos de gestão podem contribuir para a disponibilização de informações necessárias às diversas fases do processo decisório nas OTS, considerando os seguintes objetivos do processo de gestão:

- Identificar o problema ou situação que requer a tomada de decisão.
- Identificar as alternativas de ação, em face do problema.
- Analisar as repercussões de cada uma delas para poder avaliar melhor.
- Escolher a melhor opção.

A seguir serão apresentados os conceitos relacionados com a isenção de tributos das entidades sem fins lucrativos.

3.2 Isenção das entidades sem fins lucrativos

Um importante aspecto para o entendimento do conceito de isenção é fazer sua distinção do conceito de imunidade, porque, de acordo com Olak e Nascimento (2010), as duas expressões não podem se confundir, pois a imunidade tem por fonte sempre a Constituição, sendo imune aquele que se acha fora do alcance da entidade tributante, por expressa disposição constitucional; já a isenção provém de lei, sendo o isento abrangido pela esfera do poder tributante, onerável em princípio, mas liberto da obrigação por expressa disposição legal.

As entidades que prestam, parcialmente ou totalmente, serviços gratuitos de assistência social, educacional ou de saúde a pessoas carentes são isentas de contribuírem para a Previdência Social. De acordo com a Constituição Federal, artigo 195, parágrafo 7º, a isenção da contribuição previdenciária social é concedida às entidades beneficentes de assistência social que atendam as exigências estabelecidas em lei.

A Lei 8.212/91, no artigo 55, fez referências aos requisitos de isenção das contribuições das entidades beneficentes:

- A entidade deve ser reconhecida como de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou Municipal.
- Ser portadora do Registro e do certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecidos pelo Conselho Na-

cional de Assistência Social, renovado a cada três anos.

- Promover gratuitamente, e em caráter exclusivo, a assistência social beneficente a pessoas carentes, em especial a crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência.
- Não perceberem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título.
- Aplicar integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais apresentando, anualmente ao órgão do INSS competente, relatório circunstanciado de suas atividades.

Carvalho (1991) comenta sobre a importância da comunicação contábil, destacando que o contador será por excelência o comunicador da vida empresarial e acrescentando que a carreira desse profissional será cada vez mais dedicada ao aperfeiçoamento da comunicação. O contador, profissional responsável pelo registro e divulgação das informações contábeis para os gestores das entidades, tem um papel importante para a obtenção e manutenção dos benefícios fiscais.

4 RESULTADO DA PESQUISA

O questionário foi encaminhado a todas as 13 entidades identificadas no site da Previdência Social que possuem isenção da Contribuição Previdenciária e estão situadas no município de Ituiutaba (MG). Das 13 entidades que receberam o questionário foram obtidas respostas de 8 delas, o que representa 61,5% do total das entidades que possuem tal benefício no município pesquisado. Os resultados da pesquisa estão separados em tópicos, a saber:

- Entidades: apresentam-se neste tópico os dados gerais das entidades pesquisadas.
- Gestores: apresentam-se os resultados da pesquisa sobre o perfil dos gestores das entidades.
- Contabilidade: apresentam-se os resultados da pesquisa sobre a contabilidade das entidades.

4.1 Características das entidades

As entidades beneficentes de assistência social com isenção da Contribuição Previdenciária são classificadas, segundo a Previdência Social, em áreas de atuação: Assistência Social, Educação, Saúde ou combinações destas áreas, sendo que uma entidade pode atuar em mais de uma área. A representatividade de cada área de atuação está na Figura 1 a seguir.

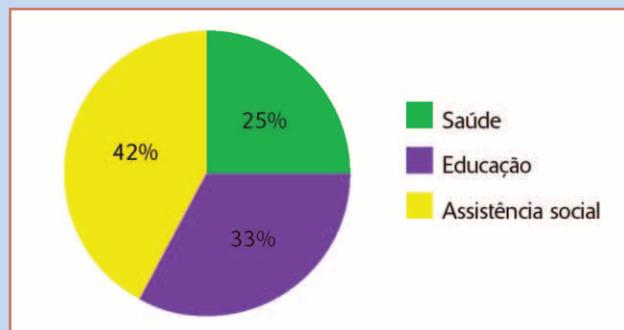


Figura 1: Área de atuação das entidades beneficentes de assistência social com isenção da Contribuição Previdenciária.

Fonte: Dados da pesquisa.

Das entidades pesquisadas pode-se observar, na Figura 1, que 42% delas atuam na área de Assistência Social. Isso se deve ao fato de que a maioria das entidades combina essa área de atuação com outra área. A área da Educação representa 33% do total, sendo, em sua maioria, creches. A área da Saúde representa 25% do total de entidades pesquisadas. Verifica-se que a atuação destas vem suprir a falta de assistência dos poderes públicos em determinada área.

Quando observado o tempo de existência destas entidades, verifica-se que 100% delas atuam há mais de 21 anos. Isso demonstra sua credibilidade como também a carência em determinadas áreas e setores da comunidade.

Outro aspecto observado foram os tipos de colaboradores das Entidades Beneficentes de Assistência Social com Isenção da Contribuição Previdenciária do município pesquisado. Identificou-se que 87% são empregados da entidade e 13% são voluntários, que prestam seus serviços gratuitamente. O voluntariado é uma diferença que se pode perceber entre as OTS e as empresas privadas e públicas; mesmo que existam algumas campanhas que incentivem essa prestação de serviço às entidades públicas, como os Amigos da Escola, o voluntariado nas OTS é visto com mais intensidade e periodicidade.

A Figura 2 a seguir apresenta o tipo de organização, de acordo com a natureza jurídica, das Entidades Beneficentes de Assistência Social com Isenção da Contribuição Previdenciária.

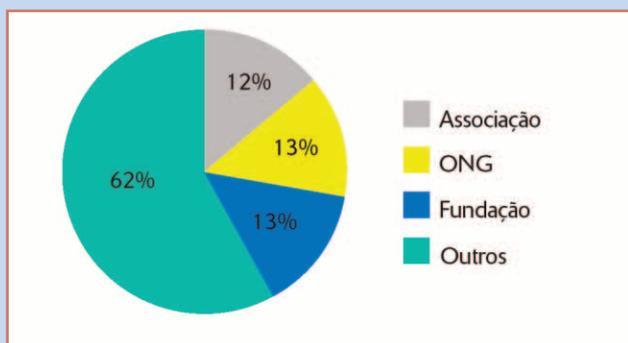


Figura 2: Tipo das entidades beneficentes de assistência social com isenção da Contribuição Previdenciária.

Fonte: Dados da pesquisa.

As OTS podem ser classificadas de acordo com sua natureza jurídica. Observou-se que 62% dos respondentes classificaram a entidade que dirigem como Outros; assim descrevendo como filantropia, ou nome da entidade, os autores acreditam que essa opção foi escolhida por desconhecimento dos gestores da classificação adequada de sua entidade. Já 13% qualificaram como ONG e outros 13% como Fundação e finalmente 12% como Associação.

A Figura 3 a seguir apresenta a principal fonte de recursos das entidades beneficentes de assistência social com isenção da Contribuição Previdenciária.

As OTS, por não terem o lucro como objetivo final, em alguns casos não possuem uma fonte de renda fixa, ou seja, a comercialização de produtos ou prestação de serviços, como no Segundo Setor. Sendo assim, as doações de pessoas físicas e/ou jurídicas pos-

suem grande representatividade nas receitas dessas entidades; subvenções governamentais ou mesmo de campanhas específicas para determinado fim também representam fontes de receitas.

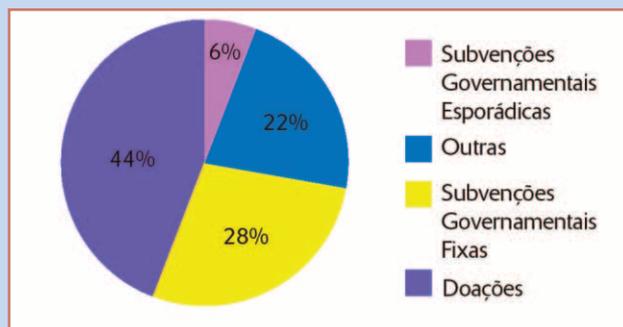


Figura 3: Principal fonte de recursos das entidades beneficentes de assistência social com isenção da Contribuição Previdenciária.

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se nas entidades pesquisadas que 44% apontam como sua principal fonte de renda as doações, seguidas por subvenções governamentais fixas com 28% do total; as outras formas de obtenção de recursos representam 22%; e 6% com subvenções governamentais esporádicas. Assim, observa-se que a maioria das entidades pesquisadas são mantidas pela própria sociedade.

4.2 Características dos gestores das entidades

As OTS, constituídas em sua maioria por iniciativa popular, possuem um gestor, o qual desempenha um importante papel, pois é quem deve efetuar e acompanhar o planejamento e controle da entidade como um todo. Esta pesquisa procurou também identificar o perfil desses gestores e observou-se que 42,86% ocupam o cargo de Diretor da entidade, o que se deve ao fato de grande parte das entidades atuarem na área de educação; já como Presidente da Associação e Outros, tais como Assistente Administrativo e Vice-presidente, ocupam 28,57% de cada um dos cargos.

A Figura 4 a seguir apresenta o tempo de ocupação no cargo atual das entidades beneficentes de assistência social com isenção da Contribuição Previdenciária.

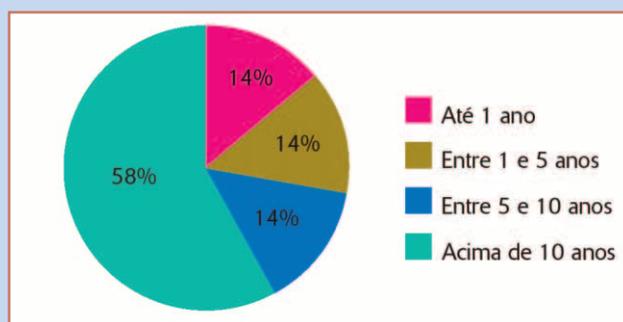


Figura 4: Tempo de ocupação no cargo atual dos gestores das entidades beneficentes de assistência social com isenção da Contribuição Previdenciária.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao tempo em que os gestores estão no cargo, observa-se que 58% deles se encontram há mais de 10 anos no

posto atual. Acredita-se que esse fato se deve ao envolvimento, sentimental e/ou profissional, do gestor com a missão da entidade. Cabe também notar que a falta de pessoas dispostas a atuar como gestores pode ser um item pelo qual não existe rotatividade na gestão, levando, com isso, os gestores a permanecer por longos períodos em seus cargos. Observa-se também que 14% dos gestores têm até um ano em seu cargo e 14% têm entre 1 e 5 anos. Outros 14% possuem entre 5 e 10 anos.

O tempo de permanência do gestor foi outro componente observado na pesquisa. Identificou-se que 71% dos gestores estão há mais de 10 anos na entidade e 29% dos gestores estão entre 5 e 10 anos. Desse modo, entende-se que, para ocupar algum cargo de gestão na entidade, é necessário ter um conhecimento aprofundado da mesma e a atuação nesta há algum tempo pode contribuir para que o profissional tenha condições de conhecer a estrutura e a forma organizacional necessária para gestões desse tipo.

Em relação à faixa etária do gestor, observa-se que 57% destes têm idade superior a 55 anos e 43% possuem idade entre 41 e 55 anos. Um dos fatores que podem ser verificados é a ausência de profissionais com menos de 41 anos na gestão destas entidades.

Outro item pesquisado foi se os gestores possuíam ensino superior e qual a sua formação. Identificou-se que 57% têm ensino superior e 43%, não. A Figura 5 a seguir apresenta a formação superior dos gestores das entidades pesquisadas.

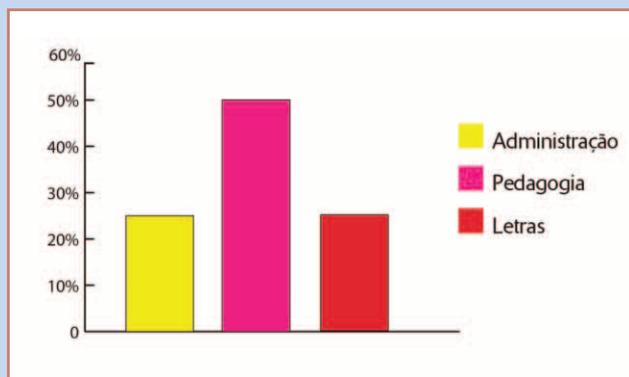


Figura 5: Formação superior dos gestores das entidades beneficentes de assistência social com isenção da Contribuição Previdenciária.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando constatado entre os gestores que possuem curso superior qual é a sua formação, identificou-se que 50% são graduados em Pedagogia, o que se explica pelo fato de que a maioria das entidades pesquisadas atua na área de educação; outros 25% são graduados em Administração e outros 25%, em Letras.

Em relação aos gestores que não possuem ensino superior, verificou-se que 66,7% completaram o ensino médio e 33,3% contam com ensino fundamental incompleto. Com isso, percebe-se não ser requisito em algumas dessas entidades possuir o ensino superior para exercer a função de gestor. Entende-se que o tempo que a pessoa está na entidade e o seu envolvimento com ela podem ser fatores que contribuem para que um gestor que não possui formação superior possa atuar nessa função. A seguir

serão apresentados os resultados sobre a contabilidade das entidades pesquisadas.

4.3 Características da contabilidade e do relacionamento dos gestores com os contadores

A contabilização dos eventos é de fundamental importância para todo tipo de organização, seja do primeiro, segundo ou terceiro setor. Por conta disso, outro ponto que faz parte desta pesquisa é verificar como os gestores se relacionam com os dados contábeis e seus contadores.

Um aspecto verificado foi se as entidades possuíam a escrituração contábil. Como resultado deste item, obteve-se que 100% das entidades possuem a escrituração contábil, fato considerado normal, pois, para usufruírem da isenção de contribuição previdenciária e receber subvenções governamentais, é necessária a prestação de contas.

Outro fato pesquisado foi se a contabilidade é efetuada por terceiros ou por funcionários ou voluntários da entidade. Como resultado obteve-se que 87% das entidades utilizam-se de escritórios de contabilidade e 13% delas têm contador próprio. Entende-se que isto se deve ao tamanho da entidade e à possível especialização de alguns profissionais que os escritórios de contabilidade possuem para elaborar a contabilidade de entidades beneficentes de assistência social que contam com a isenção da Contribuição Previdenciária.

Um importante aspecto a ser considerado é o relacionamento periódico por meio de encontros que o gestor da entidade tem com o seu contador. A Figura 6 a seguir apresenta os resultados da pesquisa relacionados à periodicidade com que os gestores das entidades contam seus respectivos contadores.

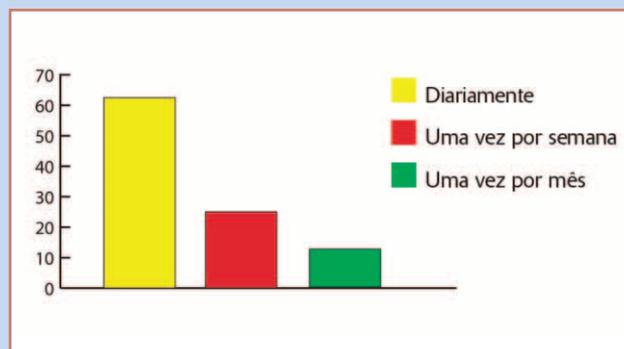


Figura 6: Periodicidade de encontros entre o gestor das entidades beneficentes de assistência social com isenção da Contribuição Previdenciária e o contador.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que a periodicidade com que o gestor da entidade entra em contato com o contador é diária para 62,5% dos pesquisados, 25% dos gestores têm contato uma vez por semana e 12,5% dos gestores têm contato uma vez por mês. Percebe-se que, mesmo com a maioria das entidades tendo a contabilidade executada por terceiros, o contato com o contador é periódico. Verificou-se que os contadores das entidades pesquisadas normalmente não disponibilizam um determinado horário para atendimento específico, sendo que este atendimento acontece quando há necessidade.

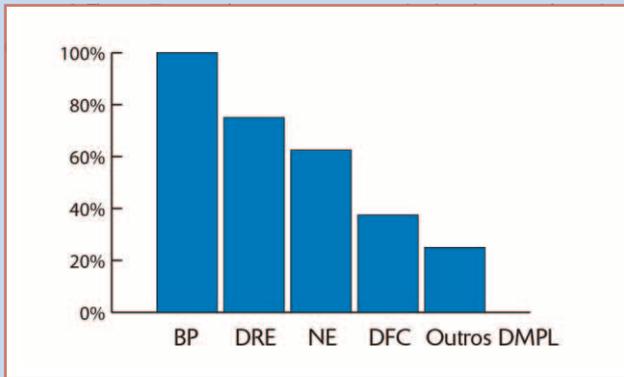


Figura7: Relatórios fornecidos pelo contador das Entidades Beneficentes de Assistência Social com Isenção da Contribuição Previdenciária.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos relatórios elaborados e fornecidos pelo contador aos gestores das pesquisadas percebe-se que em 100% das entidades o contador fornece o Balanço Patrimonial (BP); a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é fornecida para 75% das entidades; as Notas Explicativas (NE) são disponibilizadas a 62,50%; a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) para 37,50%; e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é encaminhada a 25% das entidades.

Sobre os relatórios gerenciais, obteve-se que estas produzem alguns tipos, porém nem todas o fazem. Como não foi

objetivo da pesquisa identificar os relatórios gerenciais que este tipo de entidade produz, ficando como sugestão para futuras pesquisas, as organizações que o fazem citaram a elaboração dos seguintes tipos de relatórios gerenciais: Relatório de Receita/Despesa, Relatório Financeiro, Demonstrativo da Origem/Aplicação, Relatório de Entradas/Saídas, Relatório de Verbas de Subvenção, Relatório de Verbas da Igreja, Balancete Mensal, Demonstrativo de Caixa. Nota-se que a entidade que possui contador próprio foi a que mais apresentou relatórios gerenciais.

Questionados sobre quais relatórios os gestores gostariam de possuir, a maioria não respondeu aos pesquisadores por falta de conhecimento de quais serão necessários; destaque-se o que foi apresentado por um respondente, que afirmou que “os relatórios não facilitam o trabalho, precisa-se de projetos que venham facilitar e agilizar nossa atuação”; fato a ser observado é que relatórios não utilizados para tomada de decisão não possuem mesmo efeito algum, segundo os pesquisados; daí a necessidade de maior esforço por parte dos contadores de organizações do Terceiro Setor em apresentar relatórios e projetos a serem executados a partir da análise destes.

Na Figura 8 apresentam-se os resultados da pesquisa sobre os serviços prestados pelo contador.

Foi questionado qual o serviço prestado pelo contabilista que mais se identifica com a contabilidade; para 30,77% das entidades foi o pagamento de impostos, o que demonstra que os contadores ainda necessitam trabalhar para demonstrar a importância de sua profissão. Já 23,08% apontaram os Relatórios

Atendimento ★★★★★

Trabalhamos diariamente para melhor atendê-lo. Conte com uma empresa de confiança. Conte com a Nasajon Sistemas.

Representante comercial A Ponto Rápido:

(31) 3213-4931

www.nasajon.com.br



Software de Gestão Contábil e Empresarial

de Análise de Desempenho; 15,38% citaram a Análise do Fluxo de Caixa; 7,69%, o Imposto de Renda e, com o mesmo percentual, a Elaboração de Projetos de Investimentos; outros serviços alcançaram 15,38%, como Previsão Orçamentária, Recursos Humanos (RH) e Notas Explicativas (NE).

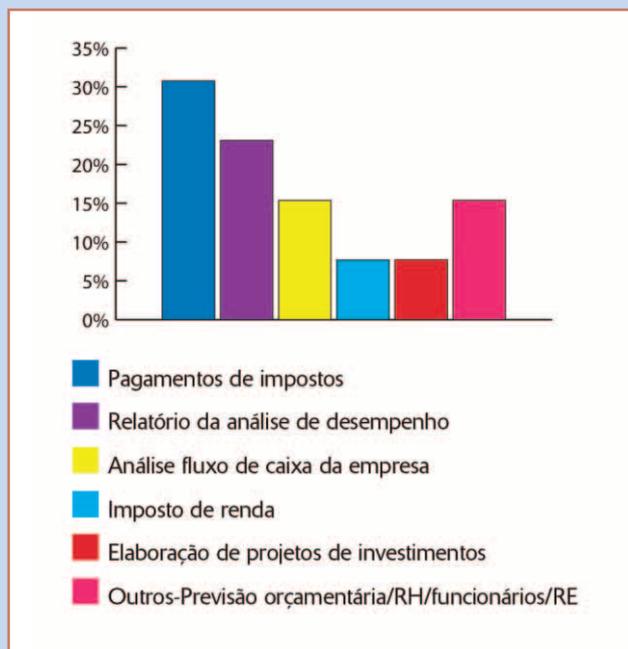


Figura 8: Serviços prestados pelo contador que mais se identificam com a Contabilidade segundo gestores das entidades beneficentes de assistência social com isenção da Contribuição Previdenciária.

Fonte: Dados da pesquisa.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa, promovida com as entidades beneficentes de assistência social que possuem isenção da Contribuição Previdenciária pertencentes ao município de Ituiutaba/MG, mostrou-se relevante por identificar e apresentar alguns aspectos peculiares das entidades em questão. Concluindo a pesquisa, apresentam-se alguns itens identificados pelos pesquisadores e que se encontram relacionados a seguir.

Observa-se que 42% das entidades pesquisadas atuam na área de Assistência Social e que a maioria combina esta área de atuação com outra; a Educação abrange, em sua maioria, creches enquanto a área da Saúde representa 25% do total de entidades pesquisadas.

Em relação aos colaboradores das entidades, verifica-se que 87% são empregados e 13% são voluntários, que prestam seus serviços gratuitamente. Entende-se que o voluntariado é um componente diferenciado se comparadas estas entidades com empresas privadas e do governo.

Ao solicitar aos respondentes que classificassem as entidades de acordo com sua natureza jurídica, observou-se que 62% desconhecem a classificação adequada e que a informação precisa sobre sua classificação pode ser obtida com o contador.

Outro aspecto levantado pela pesquisa é que as doações de pessoas físicas e/ou jurídicas possuem grande representatividade

nas receitas dessas entidades, o que as torna vulneráveis à disponibilidade de recursos provenientes desta fonte, por não haver garantias de que as doações continuarão ou cessarão por uma possível recessão da economia e outros fatores; as subvenções governamentais ou mesmo de campanhas específicas para determinado fim também representam importante fonte de receitas.

Apesar de não existir nenhum gestor com formação em Ciências Contábeis, todos se mostraram preocupados com a gestão contábil e financeira; esses gestores possuem dificuldades no entendimento da contabilidade e praticamente delegam a atividade aos contadores, externos em sua maioria. A frequência com que os gestores se comunicam com os seus contadores, na maioria dos casos diariamente, demonstra o acompanhamento (pelos gestores) dos serviços executados pelos profissionais contábeis, fato que poderia ser mais bem aproveitado pelos gestores, para o maior entendimento do que a contabilidade pode proporcionar de informações, que poderão fundamentar decisões.

Observou-se que na maioria dos casos em que os gestores possuem idade acima de 51 anos e que estavam há mais de 10 anos na entidade, estes também se encontravam há longo tempo na gestão; esse fator pode trazer acomodação administrativa uma vez que não há rotatividade nesse cargo, o que em alguns casos pode impedir o crescimento da entidade e causar uma possível dificuldade de gestão em sua ausência. Por outro lado, o gestor experiente e que conhece bem a entidade pode ser um diferencial no processo de gestão; não tendo sido observados nesta pesquisa os motivos da permanência do gestor no cargo por longo tempo, este fato pode ser abordado em pesquisas futuras sobre o setor.

Para a tomada de decisão das entidades, foi observado que a maioria utiliza relatórios fornecidos pelo contador, tais como: Balanço Patrimonial, gastos que envolvam contratação e demissão de funcionários, Demonstração do Resultado do Exercício, Balancetes, Previsão Orçamentária, Fluxo de Caixa, Planilha de Despesas; trata-se de fato relevante, o que demonstra a grande contribuição que os contadores apresentam a estas entidades.

Sobre se o contador atendia as expectativas das entidades, foi apresentado por um respondente que falta por parte do contador maior conhecimento sobre as inovações em relação ao Terceiro Setor, e também um maior conhecimento no auxílio da distribuição de verbas nas áreas atendidas pela entidade; apenas com essa ressalva, a maioria das entidades considera que o contador atende suas expectativas.

Alguns aspectos não abordados na pesquisa, mas identificados em sua elaboração, ficarão como sugestões para pesquisas futuras, como abordar os contadores para verificar sua atuação junto às OTS e sobre como tratam a contabilidade diante das instituições do primeiro e Segundo Setor; que se aplique também esta pesquisa junto a entidades beneficentes de outras localidades a fim de comprovar os fatos aqui evidenciados e efetuar comparações. Esta pesquisa não identificou as diferenças entre as entidades beneficentes de assistência social com isenção da Contribuição Previdenciária das que não possuem tal benefício. Assim, sugere-se essa comparação para futuras pesquisas.

Feitas as observações do estudo, conclui-se que o relacionamento do contador com os gestores das entidades sem fins lucrativos que possuem isenção da Contribuição Previdenciária

ainda é incipiente. Os contadores deverão buscar uma maior aproximação das entidades e de seus gestores, procurando identificar suas necessidades de informação, para que possam propor relatórios que sejam úteis aos gestores no processo de planejamento e controle, bem como na tomada de decisão. Outro aspecto importante com que o profissional da contabilidade deve se preocupar, acerca do desenvolvimento das atividades de prestação de serviço para este tipo de entidade, é com as especificidades deste setor. Isso porque se exige deste profissional conhecimento especializado da contabilidade das organizações do Terceiro Setor, pois a prestação de serviços do contador que trabalha no escritório de contabilidade, que tende a atender diversos outros tipos de empresas, pode não apresentar conhecimentos aprofundados sobre esse tipo de entidade. Por outro lado, o profissional contábil que se especializar em atividades contábeis dessa natureza poderá se destacar dos demais e atender com mais eficiência as necessidades dessas entidades.



Carlos Eduardo de Oliveira

Doutorando em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).



Alice Fernandes Cunha

Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).



Leandro Carlos de Souza

Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).



Marilidia Domingues de Moura

Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).



Renata Mariellen Pimenta Dutra

Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Referências

- ASSIS, L. B. **Gestão de recursos humanos no terceiro setor: como estão as organizações de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Administração) – CEPEAD, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009. **Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social**. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2009/lei12101.htm>>. Acesso em 23 set. 2011.
- CARVALHO, N. L. Contabilidade & ecologia: uma exigência que se impõe. **Revista Brasileira de Contabilidade** n. 75, p. 20-25, abr./jul. 1991.
- CRUZ, C. V. O. A. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos** (Terceiro Setor). São Paulo: Atlas, 2010.
- PORTAL TSO. Disponível em: <<http://www.terceirosetoronline.com.br/profissionalizacao-do-setor/>> Acesso em 23 set. 2011.
- RICHARDSON, R, J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SALOMON, L. **Seminário Internacional de Perspectivas**

para o Terceiro Setor no Século XXI. 2002. Disponível em: <http://www.gife.org.br/redegifeonline_noticias.php?codigo=588>. Acesso em 20 maio 2010.

SEBRAE. Terceiro Setor. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/associacoes/terceiro_setor.htm> Acesso em 15 nov. 2011.

SILVA, A. C. R. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOARES, A. C. A. A. Desafios gerenciais de organizações do terceiro setor de Belo Horizonte na percepção de seus

gerentes. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2008.

TEODÓSIO, A. S. S.; RESENDE, G. A. Desvendando o Terceiro Setor: trabalho e gestão em organizações não governamentais. In: Congresso Latino-americano de Estratégia da Sociedade Latino-americana de Estratégia, Porto Rico. Anais. Lima: CLADEA, 1999. 1 CD-ROM.

VILANOVA, R. C. N. Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor: uma abordagem da gestão econômica. São Paulo, 2004. 167 p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA



“CONTABILIDADE PÚBLICA, GESTÃO E CIDADANIA”



4º FÓRUM NACIONAL
DE GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICAS

7 A 9 DE NOVEMBRO

Hotel Dayrell (Teatro Dayrell)
Rua Espírito Santo, 901 - Centro
Belo Horizonte - MG

VAGAS LIMITADAS
INSCRIÇÕES ABERTAS

Inscrições: www.crcmg.org.br
www.cfc.org.br

REALIZAÇÃO



APOIO



ORGANIZAÇÃO

